

Entrevista com Paulo Pinheiro Machado

Rui Bragado Sousa¹
Vanessa Nicocelli Bull²
Noemi Santos da Silva³

Nota biográfica

Paulo Pinheiro Machado é graduado em História pela UFRGS, Mestre e Doutor pela Unicamp, Pós-doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona e pela Universidade Federal Fluminense, professor da UFSC desde 1987, e faz questão de dizer que também lecionou no Ensino Fundamental em Escolas do Município de Viamão, RS. Sua pesquisa de mestrado resultou na publicação do livro “A política de colonização do Império” considerado como precursor dos trabalhos com enfoque na história social e política da imigração e colonização no sul do Brasil. Contudo, atualmente seu nome confunde-se com seu objeto de pesquisa. Sua Tese e livro, intitulados “Lideranças do Contestado” é seguramente o trabalho mais denso e coeso sobre o conflito do Contestado (1912-1916) desde os estudos sociológicos de Maurício Vinas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1974), tanto em termos documentais como em qualidade literária; sendo, portanto, a maior referência nos estudos da “guerra santa” dos últimos 40 anos. Pesquisador engajado, Pinheiro Machado, junto ao grupo de pesquisadores especialistas no conflito em questão, busca inserir a temática da guerra do Contestado no cenário nacional, fugindo do regionalismo que caracterizaram o confronto por todo o século XX e que mascaram a dimensão macro do movimento, a saber, as contradições da República oligárquica, o “tempo do liberalismo excludente” – como bem definiu Jorge Ferreira sobre a Velha República –, a modernização do Exército brasileiro nos sertões sul, e o projeto “modernista” embasado pelo positivismo que buscava integrar os sertões à civilizada população litorânea. O massacre que vitimou certamente mais de dez mil almas teve na ideologia do progresso positivista sua fundamentação e justificativa, adjetivando a população do planalto catarinense e paranaense com termos pejorativos como “fanatismo” e “ignorância”. A partir de sua pesquisa, o objeto político e social denominado Contestado passa do domínio da sociologia das religiões para o campo da história social, política e cultural. No debate profícuo que inaugura com Maria Isaura Pereira de Queiroz não exclui diálogos com a sociologia, pelo contrário, reconhece a preciosa contribuição da geração sociológica que nas décadas de 1960 e 70 praticamente reinventaram e reescreveram o Contestado. Contudo, com as análises de Pinheiro Machado, o foco recai sobre as lideranças políticas e não religiosas do conflito. Influenciado certamente pela geração de historiadores da Nova Esquerda Inglesa, ou marxismo britânico, com os clássicos de Eric Hobsbawm como “Bandidos” e “Rebeldes Primitivos”, o pesquisador busca apreender a racionalidade e cultura bastante específicas do caboclo e sua formidável resistência pela terra e pelos costumes.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Qual foi a sua motivação em seguir na carreira de historiador?

Sempre gostei de história, fui fazer a graduação sem imaginar uma carreira de historiador. As coisas foram acontecendo, sem um plano. E isto é algo que continua em andamento. Gostava de história no sentido mais rasteiro e factual. Quando era adolescente comprava revistas sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre a expansão dos Persas, sobre os Mongóis, o Islã, as civilizações Maia e Asteca, sobre o colonialismo e as independências na África. Era um tipo meio compulsivo, de interesse enciclopédico. Aliás, eu devorava algumas enciclopédias, curtia fascículos por fascículos. Era uma curiosidade generalizada e superficial. Mas minha aproximação com uma história mais crítica partiu de influência familiar. Meu pai e meu avô materno eram comunistas e tive acesso a uma biblioteca diversificada, com a presença de clássicos marxistas (Marx, Engels, Lênin, Mao, Ho Chi Min - muitos ainda de edições em língua espanhola) além de romancistas nacionais e estrangeiros muito bons (Machado de Assis, Eça de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Ernest Hemingway, Jack London, Gabriel García Marquez, Dionélio Machado, Moacir Scliar e Josué Guimarães). O ambiente do final dos anos 1970, das mobilizações estudantis contra a Ditadura Militar, deu um empurrãozinho. Então, penso hoje, tudo isto me estimulou a estudar História.

E em qual momento desta trajetória a questão agrária tomou maior espaço na pesquisa?

Desde o início da graduação vejo a questão agrária como importante chave para entender a formação de nossa sociedade e de todo um conjunto de práticas de patronagem e subordinação, que hoje ainda vemos no meio urbano. O domínio sobre extensas parcelas de solo garantiu a consolidação da primazia social e política de uma classe proprietária que já teve diferentes nomes em nosso país: Senhores de Engenho, cafeicultores, Barões, Estancieiros, Coronéis e, mais recentemente, o “agronegócio”. Durante a graduação tive contato com os trabalhos de importantes cientistas sociais, como o Prof. José Vicente Tavares dos Santos, que recém havia lançado “Colonos do Vinho”, fui bolsista de duas pesquisadoras da área de Antropologia, as Professoras Maria Noemi Britto e Claudia Lee Williams Fonseca, trabalhei na biblioteca do Núcleo que elas mantinham na UFRGS. Ajudei na transcrição de entrevistas com agricultores, eram longos relatos de agricultores explicando as pactuações de parceria e agregação, dentro da grande propriedade fundiária. A profa. Cláudia Fonseca me explicou os significados das falas que eu ia transcrevendo, experiência muito importante para

um estudante calouro. Depois fui monitor da disciplina de História da América e me interessei muito em leituras sobre a Revolução Mexicana e a questão agrária no Peru e Argentina, tive muito estímulo da profa. Susana Bleil de Souza para entender o mundo rural latino-americano. Mas ao final da graduação, o prof. José Vicente Tavares dos Santos me sugeriu o projeto de mestrado, que era originalmente sobre o Paco, um bandido que atuava na zona rural da serra gaúcha, durante a Primeira República. Então, em 1983 entrei no mestrado, na UNICAMP, na linha de pesquisa “Capitalismo e Agricultura” que era coordenada pelo prof. Peter Eisenberg, que foi meu orientador de mestrado, até falecer precocemente. Fiquei durante muito tempo no ar até que, com a paciente orientação do prof. Robert Slenes e inestimável ajuda do prof. Michael Hall, consegui concluir o mestrado e publicar o seu resultado em livro. Estes professores norte-americanos, profundamente enraizados no Brasil e relevantes autores de nossa historiografia, foram muito importantes para a introdução nas primeiras leituras de Edward Thompson, que chegava a nós ainda em inglês (*The Making of the Working Class*) e de capítulos avulsos numa edição espanhola preparada por Josep Fontana (*Tradición, revuelta y consciencia de clase*). Naquele tempo o mestrado era mais demorado, com maiores exigências. Tínhamos dois anos de cursos, sendo que no quarto semestre é que formávamos o projeto definitivo de dissertação. Os cursos foram muito interessantes. Fiz a leitura d’*O Capital* (completa dos 3 livros e 5 volumes) com a Profa. Dea Fenelon e o Prof. Hector Bruit. Naquela época era uma exigência quase natural dos mestrados em ciências humanas, uma leitura debatida e comentada d’*O Capital*. Apesar de datada é mesmo uma obra instigante e poderosa que, como dizia Hobsbawm, ainda longe de ser superada em seu conjunto. É notável a capacidade de Marx para mobilizar diferentes áreas de conhecimento na construção de um modelo analítico e explicativo que revela aspectos fundamentais da intimidade e da dinâmica do capitalismo. Mesmo a onda Foucaultiana do início dos anos 80 ainda não tinha terminado com esta prática da leitura completa d’*O Capital*, embora o tom fosse mais crítico, principalmente ao eurocentrismo e a noção evolucionista do marxismo do século XIX. Cursei dois semestres de Sociologia Rural com a Profa. Maria Nazareth Wanderley, onde aprofundei uma série de leituras e entendimentos sobre o mundo rural e o campesinato. Lemos uma nova geração de pesquisadores como Graziano da Silva, Afrânio Garcia, Moacir Palmeira, Lígia Sigaud e outros. Fiz ainda alguns cursos sobre renda da terra em Adam Smith, David Ricardo e Marx no antigo DEPE (o Departamento de Planejamento Econômico, que depois formou a Faculdade de Economia da Unicamp). Dois textos da Nazareth me impactaram muito naquela época: sua tese de doutorado *Capital e Propriedade Fundiária* e o artigo “Camponês: um

trabalhador para o Capital”. Com a Nazareth aprendi, na prática, uma lição que já era divulgada pelos professores Peter Eisenberg, Slenes e Hall, que é respeitar mais as evidências do mundo empírico e a moderar as abordagens teóricas e mais esquemáticas, que simulam um conhecimento do mundo, mas muitas vezes ajudam mais a encobrir do que a revelar. Este é um tipo de procedimento mental que procuro sempre repetir. Isto hoje até parece simples, mas era muito difícil num ambiente mergulhado em fortes influências estruturalistas, como foi minha graduação.

No decorrer de seu mestrado, como ocorreu a mudança de áreas de pesquisa, da questão da imigração e colonização no século XIX, para o conflito do Contestado no século XX?

Durante o mestrado fiz questão de estudar a imigração e colonização como políticas de Estado e como meio de afirmação e luta de um campesinato imigrante introduzido no sul do Brasil. Não me preendi ao estudo de uma etnia ou nacionalidade específica, embora tenha me concentrado, em razão do período de estudo – década de 1870 – nos italianos. Mas este relativo distanciamento me permitiu criticar uma extensa historiografia de corte étnico\nacional, e de como se formou, ao longo de décadas, um enredo de vitimização e heroísmo ligado a um discurso imigrante que, em última instância, acabava por desqualificar o elemento nacional. Minha pesquisa levou a outro caminho. Achei várias relações entre o campesinato nacional e o imigrante. Foram aparecendo várias pontes de ligação, onde se evidenciavam relações dos imigrantes com um campesinato nacional – indígenas, caboclos, quilombolas – com os quais conviviam, e que os ensinava a sobreviver nas difíceis condições do Brasil Meridional. Muito pouco servia o conhecimento da agricultura europeia para estas populações que para cá se destinavam. Como sobreviver na floresta? O que caçar? Como formar uma roça? Quais as melhores estações para cada cultura? Como produzir erva mate? Enfim, sem o contato e o aprendizado com os camponeses nacionais, não haveria possibilidade de sobrevivência dos imigrantes. O “heroísmo” seria impossível. Então, terminei o mestrado pensando em me concentrar no estudo do campesinato nacional. Já tinha conhecimento sobre a Guerra do Contestado, meio tardio, só no penúltimo semestre da minha graduação, em 1981, com a leitura do livro de Maurício Vinhas de Queiroz (“Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado”) achei um movimento fantástico, mas só fui estudá-lo mais sistematicamente no início dos anos 1990. Em 1997 comecei o doutorado na UNICAMP com o projeto sobre o estudo das lideranças deste movimento. É importante

registrar que já fui dado como um “caso perdido”. Quando Peter Eisenberg, meu primeiro orientador de mestrado, faleceu (1988) fiquei algum tempo no “ar” até que o Programa de Pós da UNICAMP indicasse o seu sucessor. Peter tinha muitos orientandos espalhados por todo o Brasil. Além disso, me envolvi no sindicalismo docente e a dissertação ficou aguardando por um longo tempo para a finalização. Entrei no mestrado em 1983 e só defendi a dissertação em 1996, é um caso recorde de atraso. Sei todas as desculpas para se atrasar um trabalho, adiar uma decisão. Não culpo ninguém por isto. Acho até que foi importante para o meu amadurecimento intelectual e pessoal, ao longo deste tempo trabalhei em muitas cidades e lugares, casei e tive filhos, exerci cargos administrativos, militei muito na política. Nada disso é tempo perdido, faz parte da experiência de vida.

Como você avalia o desenvolvimento dos estudos da História Social do campesinato e da questão agrária no Brasil nos últimos anos? Quais os principais enfoques? O que ainda não tem tido a devida atenção dos historiadores?

Trata-se de uma área que cresceu enormemente. Desde a década de 1980 até os dias atuais a historiografia se expandiu neste campo em quatro áreas: os estudos sobre conflitos e estruturas fundiárias, os estudos sobre a natureza e as especificidades do campesinato, os estudos de fronteira e, mais recentemente, estudos ligados à história ambiental. Ao largo desta retomada de estudos, que não é apenas de historiadores, mas de sociólogos, antropólogos, economistas e outros pesquisadores do meio rural, há algo mais profundo em curso, que é a recuperação do conceito de “campesinato”. Esta recuperação foi, inicialmente, política, conquistada pelos sem-terra, indígenas, quilombolas e todos os que continuam lutando pela terra, mesmo depois de muitos autores decretarem a irrelevância e a anacronia deste tipo de luta política. Os movimentos sociais rurais “insistem” em lutar pela terra e a existência do trabalho familiar camponês ainda é distintiva desta condição rural. Então, estamos diante de um caso onde mais uma vez a ciência precisa abandonar suas conclusões taxativas e absolutas e se voltar a entender e explicar os fenômenos vivos, reais e concretos. A nova fronteira é certamente a história ambiental que, em conexão com as condições sociais e culturais da apropriação e uso dos solos, das águas, das florestas e demais meios, abre uma frutífera frente de investigação.

Suas opções teórico-metodológicas nas abordagens sobre os conflitos do campo, atestam por uma maior visibilidade da “experiência” do campesinato frente aos processos históricos de exclusão. Em sua opinião, quais as vantagens dessa vertente de análise, considerando o que estudos tradicionais propagaram sobre o campesinato nacional?

Edward Palmer Thompson usou esta expressão que virou uma categoria entre seus seguidores (onde modestamente me incluo). Trata-se, antes de tudo, de uma concepção de movimento, de entender a realidade histórica como um processo em transformação e, do ponto de vista de seus sujeitos, em indivíduos e grupos sociais capazes de aprendizagem, algo que acontece com dinamismo no mundo real, mas que dificilmente os cientistas sociais e pesquisadores conseguem captar. O historiador grego Políbio, estudioso das Guerras Púnicas, nos ensina que a história não pode estudar o mundo da mesma forma que um cirurgião conhece um animal esquartejado. Ele pode ter boas noções de anatomia, conhecer tecidos e muita coisa. Mas o decisivo é entender o animal vivo, com movimento, com todas as partes funcionando em conjunto. Não consigo entender a construção do projeto das “cidades santas” do Contestado, sem considerar o conjunto de experiências e conflitos que foram moldando um projeto social. Certamente não estava pronto no Irani, em 1912, só foi amadurecer a partir de dezembro de 1913, a partir do segundo Taquaruçu, quando esta cidadela se converte numa “nova Jerusalém”, uma terra da justiça, da consciência e do bem-estar. Há uma ciência social que tenta captar uma “essência” de determinados processos como se eles existissem de forma congelada, estanque. Esta é a principal força da crítica de Thompson ao estruturalismo e isto é muito importante para a recuperação de uma história viva, com sujeitos, com agência. A preocupação do historiador inglês foi pensar a experiência no contexto da formação da classe operária inglesa. Não se trata de um empirismo vulgar, mas sim de se aliar e vincular as formulações culturais, políticas e identitárias a determinadas ações concretas realizadas por homens e mulheres, gente de carne e osso. Se Thompson estivesse vivo, talvez considerasse abusivo este meu emprego do conceito de experiência, mas abusar e ressignificar conceitos e categorias é mais um processo ensinado por este grande mestre. O pesquisador deve procurar a fidelidade ao contexto dos acontecimentos e processos em estudo, isto é fundamental.

Em seu livro “A política de colonização do Império” você afirma que dentre as políticas públicas de estímulo à imigração e a colonização do Império no século XIX, os investimentos para a pequena propriedade, apesar de “secundária e subsidiária” à

preocupação de abastecimento de braços para a grande lavoura, era volumosa – chegando a 10% do orçamento do Governo Imperial na década de 1870. Mesmo assim, são poucos os estudos voltados á analisar política de imigração e colonização do Governo Imperial. Qual seria o motivo da falta de interesse dos pesquisadores nesta área?

Esta área é muito difícil. É um verdadeiro campo minado pelo discurso étnico de glorificação das trajetórias de imigrantes europeus. Existe um mito do trabalho imigrante, algo estimulado por intelectuais ligados à burguesia germano-descendente e ítalo-descendente. Estes intelectuais encontraram nas fontes do século XIX um meio fértil para a reprodução do discurso da modernização do país ligado à europeização, quando não diretamente ao branqueamento. O problema mais corriqueiro é o roteiro de heroísmo do discurso imigrante. Há uma ladainha que se repete na historiografia da imigração no sul do Brasil: os imigrantes viviam dificuldades na Europa até receberem notícias atrativas e enganosas sobre o Brasil, partiram para migrar e aqui sofreram uma decepção após outra. Tinham sido enganados. Os auxílios prometidos não chegaram, as terras não estavam medidas, nem havia benfeitorias. Índios viviam atacando colonos. Mas com muito suor e sacrifícios venceram as dificuldades e ascenderam socialmente. É um roteiro fantasioso, com finalidades ideológicas, que guarda pouca correspondência com a realidade. Em primeiro lugar fica claro pela análise das fontes que os camponeses europeus não confiavam nas propagandas dos agentes de imigração, mas viviam situações locais agravadas por crises econômicas que tornava o ato de migrar, que muitas vezes já haviam praticado sazonalmente e temporariamente dentro da Europa, em algo definitivo, para o novo mundo. O relatório de uma comissão de inquérito do Senado Italiano, de 1879, deixa isto bem claro. Há toda uma nova historiografia que, mais focada em cartas e fontes produzidas por imigrantes, conclui que o processo de migrar não era um salto no escuro, uma aventura inconsequente de indivíduos iludidos por agentes e governos inescrupulosos. Migrar era um risco calculado, uma estratégia colocada em prática por grandes grupos familiares e por aldeias e vilas inteiras. Na década de 1870, que mais conheço, migrar para os italianos era fugir da fome, do desemprego e da miséria, além da opressão dos que cobravam os impostos (como o “massinato”) responsáveis pela expropriação dos poucos pedaços de solo que os camponeses ainda possuíam no norte da Itália. No geral, os europeus recém chegados viviam melhor no sul do Brasil. Apesar de permanecerem pobres, sem dinheiro, viviam com uma relativa abundância de alimentos e possuíam mais terras e mais liberdade que seus parentes que não migraram. Então, do ponto de vista da reprodução da

condição camponesa, a imigração ao sul do Brasil foi bem sucedida. O Império investiu muito na formação de uma camada de pequenos proprietários no sul do Brasil, fez isto como resultado de várias necessidades: abastecimento do mercado interno com gêneros de subsistência, consolidação de ocupação de regiões fronteiriças, polo de atração da grande corrente imigratória e regularização de vias de comércio e transporte. Mas acima de tudo havia uma preocupação em colocar em movimento um processo de construção de nação que não fosse uma sociedade polarizada entre senhores e escravos. É óbvio que o elemento nacional foi marginalizado neste processo, mas a política de povoamento do planalto meridional precisa considerar esta variável política relevante: para formar uma camada social de pequenos proprietários, bastava se privilegiar a ocupação de regiões desinteressantes para o latifúndio tradicional.

A magnitude do Contestado impressiona. Uma luta armada que durou quatro anos (a exceção do intervalo entre Irani e Taquaruçu) envolvendo quase metade dos efetivos do Exército e uma população estimada em cem mil pessoas que direta ou indiretamente foi envolvida no conflito. O romancista Walmor Santos chamou com razão o Contestado de “Guerra dos equívocos”, o poder da fé (dos sertanejos) *versus* a fé no poder do capital transnacional e do Estado-nação em formação. Você nos daria um panorama dos antecedentes que procederam à guerra em si, da “cultura política” de envolvimento histórico em conflitos naquela região e à tradição da tríade dos monges peregrinos, para que possamos compreender a gestação do confronto?

Os equívocos e mal-entendidos estão na origem de todas as guerras. Mas não se trata de problemas que se resolveriam por uma melhor comunicação ou por uma melhor linguagem. São diferentes projetos sociais que, em determinado momento, devido a acúmulo de conflitos e contradições, entram em confronto. Os grandes fazendeiros desejavam açambarcar mais terras (que eram habitadas por posseiros caboclos e indígenas), a empresa ferroviária queria ganhar subsídios do governo e terras públicas (igualmente habitadas por nacionais) para explorar a madeira e lotear para imigrantes. A população nacional pobre do meio rural foi empurrada à luta e fez com que sua antiga tradição local em torno dos monges fosse uma espécie de cimento inicial para o processo de construção de uma sociedade alternativa, o Quadro Santo ou Cidade Santa. Os sitiantes, posseiros e ervateiros do planalto eram

indivíduos pobres, que acumulavam muitas experiências oferecidas pelo tropeirismo, pela tradição rebelde e pelas antigas campanhas militares nas quais se envolveram. Entre os sertanejos que lutaram no Contestado havia alguns veteranos da Guerra do Paraguai (1865-1870) e muitos que participaram da Revolução Federalista (1893-95). A historiadora Zélia Lemos, de Curitiba, afirma que a Revolução Federalista foi a escola de duas práticas criminosas dos “fanáticos” do Contestado: a degola e o arrebanhamento de gado alheio. Apesar do tom preconceituoso do discurso ela está certa. Uma campanha militar nas proporções da Revolução Federalista, com guerra sangrenta, recrutamento forçado praticado pelas duas partes, intolerância contra os adversários, formou uma geração de veteranos que jamais voltariam a ser modestos e pacatos sitiantes, tropeiros ou ervateiros. Haviam passado por uma experiência limite, da mesma maneira que os camponeses espanhóis que moveram longa e vitoriosa guerra de resistência às tropas napoleônicas (de 1807 a 1813) formaram a base para os futuros levantes carlistas que sacudiram a Espanha nas décadas de 1830 e 1840. A concentração fundiária, o Coronelismo, o açambarcamento de terras por ferrovias e a expropriação de camponeses foram processos corridos naquele período em muitas partes do Brasil. Mas só no Contestado havia condições sociais e culturais para uma resistência sistemática. Mais que resistência. A invenção das “Cidades Santas” não deixa de ser a criação de um projeto de sociedade diferente. Mesmo com a manutenção de costumes tradicionais rígidos, os redutos viveram formas diferentes de trabalho comunitário e de organização social, experiência que ainda não foi suficientemente avaliada. Não quero com isto idealizar a vida dentro dos redutos, que devia ser rígida e difícil, tomada por valores tradicionais muito fortes que subalterizavam as mulheres, por exemplo. Seria anacrônico glamourizar a vida dos sertanejos. Mas eles deram um passo a frente ao tentar criar algo efetivamente novo, isto precisa ser mais estudado.

Os estudos sócio-culturais sobre camponeses no Brasil ainda carecem de análises mais detalhadas e o Contestado já é um exemplo para os demais. O próprio Marx os (des)qualificou como “socialmente arcaicos” (Manifesto) e como um “saco de batatas” (18 brumário). Todavia, com a predominância da erupção de Revoluções em países basicamente agrários e não industriais, como a Revolução mexicana, russa, chinesa e cubana, deslocaram o eixo analítico da *urbes* para o campo. Em sua opinião quais são os cuidados que o pesquisador ou leitor deve ter na abordagem de movimentos camponeses?

O campesinato mundial tem uma experiência política que se intensificou no século XX, muito distinta do século anterior. Marx viveu uma conjuntura política muito ruim com o campesinato. No caso da França, o apoio dos pequenos agricultores ao governo de Napoleão III e o isolamento social da luta operária na época da Comuna de Paris reforçaram a percepção de que a camada camponesa era um resquício da antiga sociedade feudal, algo que seria superado com o desenvolvimento do capitalismo, como ele já assinalava no Manifesto em 1848. A avaliação da situação inglesa, que claramente era o centro do capitalismo no século XIX, onde a concentração fundiária resultante dos *enclosure lands* havia levado a uma erradicação do campesinato com o êxodo e a proletarização em massa descritos com habilidade no capítulo da “Acumulação Primitiva do Capital”, também criava uma forte impressão de “rumo” para o desenvolvimento do capitalismo onde não haveria espaço para a subsistência do campesinato. Mas situações não devem ser absolutizadas. Marx já levantava a hipótese de recriação do campesinato dentro da sociedade capitalista em alguns setores e mediante determinadas condições. Mas Marx era de fato muito “industrialista” e eurocêntrico. Não foi acidental o apoio que ele deu aos Estados Unidos na guerra contra o México. Entendia o processo de expansão norte-americana como expansão capitalista, e como progresso, da mesma forma entendia a missão histórica dos ingleses na Índia. Foi Lenin quem virou esta percepção, adaptou o socialismo para a luta política do século XX e valorizou o protagonismo político do campesinato e da periferia do sistema capitalista como um todo. Também não devemos cair numa avaliação eufórica, considerando o campesinato uma “classe revolucionária”. Os camponeses apenas lutam por seus interesses. As vezes, se aproximam de movimentos revolucionários, outras vezes os camponeses podem ser fortemente conservadores.

Um dos pontos mais interessantes de sua Tese é o debate com a socióloga Maria Isaura Queiróz. A crítica ao termo “anomia social” invalida novas abordagens teóricas sobre o fenômeno religioso característico do Contestado, isto é, quanto ao messianismo?

O trabalho de Maria Isaura é muito importante no contexto dos anos 1950. Ela evitou o uso das expressões de desqualificação dos sertanejos, como a palavra “fanatismo”, então predominante da literatura sobre o tema. O conceito de messianismo será aplicado para dar conta dos aspectos religiosos deste movimento social. De fato há uma influência de Weber

nesta sociologia, que também aparece em Maurício Vinhas de Queiroz, onde a avaliação do impacto “modernizador” numa comunidade “tradicional” foi visto produtor de “anomia social”, que é uma apropriação que Weber faz de Durkheim. A “anomia” é uma perda de identidade e de referenciais, conceito hoje em desuso na sociologia, foi muito inflacionado ao longo do século XX. O problema é que esta “anomia” não deixa de ser vista como “anormalidade” e “patologia”, então os sertanejos “anômicos” ainda continuavam sendo vistos como irracionais. Isto se aproxima com a percepção do “fanatismo” visto pelos primeiros cronistas militares. O trabalho de Maria Isaura sofreu pelo fato da autora não ter visitado a região e não conseguir entrevistar diretamente os participantes, como fez Maurício Vinhas de Queiroz na mesma época. Ela restringiu sua pesquisa aos jornais e documentos produzidos por cronistas militares. Além deste emprego do conceito weberiano de messianismo, não concordo com outros dois pontos do trabalho dela: a noção de que o Contestado é uma luta entre parentelas (como algo dentro do Coronelismo) e a desqualificação que ela faz de José Maria, apresentando-o como um impostor. Vinhas de Queiroz, que pesquisou na mesma época, não chegou a estas conclusões. A noção de luta entre parentelas é uma ressignificação anacrônica do processo. A ideia se baseia no conflito entre os Coronéis Albuquerque e Henriquinho de Almeida. Episódio emblemático foi a invasão da cidade em 1918, depois da guerra, por um grupo de ex-rebeldes, aliados a Henriquinho de Almeida, que executaram Albuquerque. Depois da guerra, vários ex-rebeldes se aproximaram de Henriquinho de Almeida, mas isto não ocorreu durante a guerra. Há inclusive um ataque rebelde a fazenda do Coronel Henriquinho em janeiro de 1915. O que podemos observar durante a guerra é que há um grande número de antigos clientes tanto de Albuquerque como de Henriquinho que seguiram o rumo dos redutos. Só depois da guerra que Henriquinho assumiu o papel de “pai dos pobres” de Curitibanos e aproximou-se dos ex-rebeldes. Durante o conflito houve sim uma divisão interna nas parentelas e dentro mesmo de muitas famílias. Quanto a alegada impostura de José Maria, Maria Isaura parece ter sido muito influenciada por Oswaldo Cabral, que a recebeu em Florianópolis no início dos anos 1950.

Uma questão permanece intrigante sobre o Contestado: o que deu unidade àqueles caboclos enquanto classe, para que permanecessem unidos contra as intempestivas investidas das forças policiais, do exército e dos mercenários (vaqueanos). Se compreendermos “classe” de acordo com a definição de E.P. Thompson (Formação da

classe operária inglesa), ficará evidente que o grupo de ferozes camponeses do Contestado compartilhavam as mesmas categorias de interesses, experiências sociais e a mesma tradição e valores éticos. Tais valores, que deram o “cimento” aos fiéis de João e José Maria, podem ser compreendidos em termos teológicos ou políticos?

Considero inadequado agrupar os sertanejos dos redutos numa “classe”. É um grupo socialmente heterogêneo composto por lavradores e posseiros pobres, ervateiros e pequenos tropeiros, médios fazendeiros e alguns profissionais urbanos, como comerciantes. Nos redutos do planalto norte há forte presença de imigrantes poloneses, alemães e italianos que, de alguma forma, também foram agregados ao universo cultural de João Maria. Os redutos foram um polo de aglutinação de diferentes descontentes políticos (como veteranos federalistas, opositores políticos dos Coronéis Superintendentes e inimigos pessoais por questões de honra). Mas o discurso rebelde, construído em torno do projeto da “Cidade Santa” de Taquaruçu, a partir de dezembro de 1913, deu uma uniformidade e um objetivo geral de construção de uma vida nova que aglutinou e – de certa forma – unificou estes diferentes setores sociais. Interessante notar que os adversários locais – principalmente os vaqueanos civis arregimentados para combater os rebeldes – estavam mergulhados no mesmo universo cultural dos redutários. Também eram devotos de João Maria e tinham alguma simpatia pelo federalismo, duas características culturais e políticas basilares do movimento. Isto sem mencionar uma camada mais profunda: o monarquismo popular. Grande parte da população pobre do Brasil no início do século XX vivia um saudosismo do período monárquico e interpretava como arrogância dos de cima as políticas modernizadoras da República. Então, é superada a visão de que o povo dos redutos se tratava de um grupo minoritário, surtado e desligado do restante da sociedade brasileira. Desta forma, o movimento do Contestado tinha uma espécie de “campo cultural” para sua expansão geográfica, como movimento social. Poderia crescer para o sul do Paraná e para o norte do Rio Grande do sul, ambos os territórios eram áreas de peregrinação dos monges e de existência de veteranos federalistas. Todos os estudos recentes vêm demonstrando esta mobilidade física importante: além dos redutos terem um território “expansível” tinha um núcleo político-linguístico em comum com os vaqueanos civis que os combatiam.

Há alguns episódios que ainda permanecem pouco esclarecidos ou obscuros sobre a revolta camponesa em questão. Você poderia comentar sobre as dificuldades de fontes

no que se refere à morte do Capitão Mattos Costa (envolvido no nebuloso caso do dinheiro falso emitido pelo coronel Fabrício Vieira; se de fato ele foi assassinado por “pelados” em luta legítima ou pelos “peludos” numa emboscada, como sugere discretamente o historiador de farda Demerval Peixoto); sobre a personagem lendária que supostamente defendeu Taquaruçu (Chica Pelega); e sobre a atuação da mais enigmática personagem dos redutos (virgem Maria Rosa)?

Os personagens difíceis começam pelos monges. Só o primeiro João Maria é bem documentado (o italiano Giovanni Maria Agostini) em sua trajetória pelo Brasil entre 1844 e 1853, como fica demonstrado na tese de Alexandre Karsburg (*O Eremita do Novo Mundo*). O segundo João Maria (de Jesus) já é um indivíduo nebuloso. Durante a guerra federalista mais de um indivíduo, com diferentes descrições físicas, assumiu esta identidade. Como há aparições de João Maria ainda hoje, precisamos separar a tradição do monge dos indivíduos concretos que perambularam pelo planalto. O curandeiro José Maria, homem chave em Taquaruçu e finado no combate do Irani, foi identificado pelo Prefeito de Palmas como sendo Miguel Lucena de Boaventura, antigo praça da polícia do Paraná. No entanto, todas as buscas que até agora foram feitas, não há informações deste indivíduo antes de 1911, quando foi processado em Palmas por rapto de menor. O processo foi arquivado porque a menor não foi propriamente raptada, foi uma moça de 17 anos que quis namorar com José Maria sem a permissão dos pais. Nada se sabe dele antes disso. Quanto a morte do Major Mattos Costa, há uma forte versão de que ela foi encomendada pelo fazendeiro Fabrício Vieira, já que o Major havia denunciado Fabrício ao governo como distribuidor de moeda falsa na região. Mattos Costa tinha uma relação de diálogo em construção com os sertanejos, não era alvo de ódio. Consta que o sertanejo Venuto Baiano (Benvenuto Alves de Lima), que era originalmente homem de confiança de Fabrício Vieira, aderiu ao movimento rebelde, logo chegando a posição de “Par de França” (guarda de elite sertaneja). Durante a ofensiva rebelde de agosto e setembro de 1914 Venuto comandou os ataques às estações de Calmon e São João dos Pobres, da Estrada de Ferro. Foram os ataques rebeldes mais violentos de todo o conflito. Nem se comparam ao padrão dos ataques como os acontecidos contra Curitibanos, Itaiópolis e Papanduva. Nestes outros havia uma “economia moral” nos ataques sertanejos, que era de sempre se respeitar mulheres e crianças. Isto não ocorreu nas estações de Calmon e São João. Estes ataques se seguiram a condenação de Vanuto pelos rebeldes. Então, se não há provas matérias claras (e não aparecem no Inquérito feito pelo Exército após a morte do Major

Mattos Costa), há fortes indícios e interesses de Fabrício Vieira no envolvimento com a morte de Mattos Costa. Chica Pelega é claramente uma personagem lendária. Não há fonte ou relato de época que recupere seu nome. Mas de certa forma não deixa de fazer justiça às centenas de mulheres que estavam em Taquaruçu no momento que este reduto foi barbaramente cercado e bombardeado. Em fevereiro de 1914 o ataque a Taquaruçu não foi um combate, foi execução de uma população de mulheres e crianças (os homens tinham viajado para construir o novo reduto de Caraguatá) sem quaisquer meios para defesa. Neste sentido, havia ali mais de uma centena de “Chicas Pelegas”. Outra lenda importante, espalhada pelo Relatório do General Setembrino, mas fortemente desmontada pela tese de Márcia Espig (Personagens do contestado: os Turmeiros da Estrada de Ferro), é a versão de que vieram milhares de nordestinos e criminosos trabalhar na construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e que, depois de concluída a obra, este povo ficou largado no sertão aumentando a revolta e incitando a população local. É como se dissessem que o inferno são os outros. Não há comprovação empírica da participação desta massa de nordestinos na construção da estrada. O que há é a participação de caboclos da região e imigrantes europeus como trabalhadores de turmas – os turmeiros. Outro mito é a tal Proclamação da monarquia Sul-Brasileira, um documento forjado, feito pelo comerciante Gartner, de Caçador, que brincava com o velho Manoel Alves de Assumpção Rocha, nomeando-o Imperador. O próprio filho de Gardner publicou na *Blumenau em Cadernos* (Tomo XIV, n. 6, junho de 1973), um esclarecimento sobre como o documento foi forjado pelo pai. Mas muitos historiadores continuam replicando a tal proclamação, inclusive analisando seu texto. O interessante é que o texto forjado imita o programa federalista, então não é uma fraude grosseira.

Trabalhos como de George Rudé (A multidão na história), Hobsbawm (Os trabalhadores, sobretudo o capítulo sobre os “quebradores de máquinas”) e Thompson (Costumes em comum) representam uma verdadeira revolução historiográfica inserindo o trabalhador como protagonista da História. Ao contrário da tradição historicista e positivista, essa geração de marxistas devolveu aos trabalhadores sua condição de dignidade e racionalidade. Gostaríamos de saber sobre o equivalente desta metodologia no Contestado, ou seja, a atuação coerente, organizada e disciplinada dos piquetes xucros no assalto à cidade de Curitiba, a destruição de documentos restritos, da casa apenas de inimigos e do respeito às famílias.

A historiografia social inglesa, principalmente destes autores citados, continua influenciando uma geração de historiadores e cientistas sociais que conseguem captar uma lógica e uma racionalidade nos movimentos sociais rurais e, particularmente no movimento do Contestado, onde antigamente só se via fanatismo, ignorância e brutalidade, começa a se entender projetos, linguagens e estratégias. Só uma história de baixo para cima proporcionou instrumentos teóricos e metodológicos para o entendimento dos diferentes contextos das lutas sociais no país. E não só no meio rural. Como explicar a Revolta da Vacina de 1904, em plena Capital Federal? Será que o povo é atrasado e ignorante, que resiste à modernidade por causa do analfabetismo e da estupidez? A desmistificação da modernidade como progresso libertador, contribuição importante de Walter Benjamin e de vários pensadores de diferentes correntes de pensamento ao longo do século XX, também ajudou a encarar estas realidades complexas com novos olhares. No caso do movimento do Contestado a invasão de Curitiba, ocorrida em setembro de 1914 é um exemplo importante para estudo. Ao contrário de uma horda selvagem e assassina como foi divulgado na época pela imprensa, o processo judicial sobre a invasão de Curitiba revela que não houve mortes ou lesões corporais no episódio. Chegou a acontecer algo muito curioso. Como o grupo invasor tinha mandado um aviso com um mês de antecedência, houve apenas um rápido tiroteio com um piquete policial na entrada da vila (e um policial ferido no braço). Os policiais fugiram e a Vila ficou uma semana sob o domínio rebelde. O fato curioso é que as famílias que moravam na cidade ficaram durante todo o tempo da invasão. E ficaram só mulheres e crianças, os homens todos fugiram para municípios vizinhos. Agora fica a pergunta: por que os homens fugiram mas deixaram suas esposas e filhos na Vila? Fizeram isto porque conheciam os rebeldes e sabiam que era do seu costume não atacar mulheres e crianças, partilhavam do mesmo código. Um exame mais acurado revela inclusive uma série de ligações familiares e de compadrio entre o grupo rebelde e os habitantes da cidade, o que ajudava a cimentar a segurança sobre as famílias. Mas até um certo ponto, porque os homens tinham que fugir. O movimento do Contestado possui muitos destes episódios que ainda necessitam ser melhor interpretados.

Quais são suas impressões acerca da situação atual dos povos remanescentes do Contestado, comparativamente com o que se passa com outros povos tradicionais do Brasil, principalmente no que tange às ações do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento social e reconhecimento de terras?

A população remanescente dos redutos sobrevive na periferia das cidades do planalto e nos piores e mais precários locais no meio rural. Trata-se de uma população muito pobre, que apresenta altos índices de analfabetismo e mortalidade infantil. São regiões com baixíssimo IDH. Este povo caboclo vive marginalizado em municípios dominados por uma população de origem europeia que ocupou estes territórios nas últimas 8 décadas. De certa forma os atuais caboclos vivem os mesmos problemas do campesinato tradicional brasileiro, como um todo. É necessário que se repare estes graves desequilíbrios com políticas públicas voltadas a educação, saúde, reforma agrária e assistência. Isto já foi demonstrado que não custa caro ao estado, mas mesmo que custasse caro, seria uma política de inclusão fundamental para um patamar mínimo de justiça social. Esta permanência da exclusão social nos lembra da própria atualidade do conflito do Contestado.